
EDUCAÇÃO E LIBERALISMO NO PENSAMENTO DE CLEMENTE MARIANI

Alvaro de Oliveira Senra*

lattes.cnpq.br/8407205111582000

Resumo: Este artigo discute o liberalismo no pensamento de Clemente Mariani (1900-1981) em sua relação com a educação. Empresário e político de grande destaque na vida brasileira nas décadas intermediárias do século XX, Mariani foi ministro da Educação e Saúde no governo de Eurico Dutra (1946-1951), no interior de um período de grandes transformações na educação brasileira. Seu pensamento foi registrado em obras de sua autoria e em documentos escritos preservados, e contém elementos de grande relevância para o estudo da educação brasileira em um período de acelerada modernização do país.

Palavras-chave: Educação; Intelectuais; Liberalismo.

EDUCATION AND LIBERALISM IN THOUGHT OF CLEMENTE MARIANI

Abstract: This article discusses the liberalism in the thinking of Clemente Mariani (1900-1981) in his relationship with education. A businessman and politician of great prominence in Brazilian life in the middle decades of the twentieth century, Mariani was Minister of Education and Health under the government of Eurico Dutra (1946-1951), inside a period of great transformation in Brazilian education. His thought was recorded in works of his own and in preserved written documents, and contains elements of great relevance for the study of Brazilian education in a period of accelerated modernization of the country.

Keywords: Education; Intellectuals; Liberalism.

* * *

* Doutor em Ciências Sociais. Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Brasil). Contato: alvarosenracefet@gmail.com.

Introdução

Clemente Mariani foi uma personalidade de grande relevância na vida política brasileira, nas décadas intermediárias do século XX. Nascido em Salvador, Bahia, em 1900, e falecido na mesma cidade em 1981, ele graduou-se na Faculdade de Direito da Bahia em 1920. Ao longo de sua vida, exerceu a atividade empresarial (presidiu dois bancos e a Associação Comercial de seu estado natal), combinando-a com a prática profissional da advocacia e do jornalismo e com uma intensa e ininterrupta vida política, como parlamentar (após 1945, pela União Democrática Nacional - UDN) e dirigente do Estado, ocupando o Ministério da Educação e Saúde entre 1946 e 1950, a presidência do Banco do Brasil (1954-1955) e o Ministério da Fazenda em 1961.¹

Homem de múltiplos interesses e atividades, que abrangeram a iniciativa privada e a ação pública, Mariani não se limitou a ser um executor, tomando, na condição de Ministro, iniciativas de grandes consequências para a educação brasileira; ele também deixou reflexões escritas sobre as questões decorrentes da herança histórica da educação e as possíveis soluções das mesmas, num momento da história nacional em que antigos problemas se acresciam de novas demandas decorrentes da modernização econômica e social vivida pelo país.

Indicam-se aqui dados de relevância da participação de Mariani como dirigente: ocupando o Ministério da Educação e Saúde, ele não se limitou ao desencadeamento do processo político que culminaria na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), processo iniciado em 1948 e somente concluído em 1961.

A gestão de Mariani na Educação coincidiu com a ampliação das políticas públicas sobre a mesma, num processo que deu continuidade, sob condições democráticas, às reformas ocorridas no período varguista (1930-1945). Houve investimentos em escolas de ensino fundamental e

¹ Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/clemente_mariani>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ocorreu a ampliação e a federalização de universidades, em especial a Universidade do Brasil, com a elaboração do projeto de construção do campus da Ilha do Fundão, na cidade do Rio de Janeiro, então sede do Distrito Federal. Mariani, além disso,

procurando reduzir as deficiências educacionais, implantou a Campanha Nacional de Educação para a alfabetização de adolescentes e adultos. Lançou também a campanha de construção de escolas rurais — de acordo com os dados oficiais foram construídas nesse período mais de seis mil escolas — e de escolas normais rurais, além de ter inaugurado também escolas industriais e técnicas.²

Sua gestão se situa no interior de um período histórico de grandes transformações quantitativas na educação brasileira. Ao longo do período varguista, entre os anos de 1933 e 1945, verificou-se a ampliação do número de estudantes cursando o nível primário de 2.221.904 para 3.496.644; no secundário, de 66.420 para 256.664; em outros cursos de nível médio, de 101.221 para 209.145; e, no nível superior, de 24.166 para 26.757 (SCHWARTZMANN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 277).

Este processo de ampliação teve continuidade durante o período democrático que se estendeu de 1945 a 1964. A frequência à escola primária cresceu, ao longo da década de 1940, de 47,51% para 63,29% da população entre sete e 12 anos. Entre os anos de 1950 e 1960, o número de alunos matriculados no ensino primário passou de 99, por mil habitantes, em 1950, para 113, em 1959; durante a década de 1950 o número de estudantes matriculados no ensino secundário aproximadamente triplicou, e no ensino superior mais do que duplicou (ROMANELLI, 1998, p. 64-65; 74).

De grande relevância para o estudo da educação brasileira, o período posterior a 1945 viu a retomada de um debate histórico, no qual os antigos contendores, católicos e liberais, voltaram a polarizar o debate sobre os rumos da educação escolar, em seus diferentes aspectos: a expansão das redes públicas e o espaço das escolas privadas, a introdução ou não do ensino religioso nas redes públicas, o papel da família e o individualismo, a

² Ibidem.

natureza do ensino médio. Embora essa polarização deva ser matizada, ela foi retomada com grande força a partir do início dos debates de 1948, quando se iniciaram os debates em torno da LDB.

Em outras palavras, Mariani ocupou o Ministério em um período de grande interesse para o estudo da educação brasileira. A relação de documentos por ele deixada possui, neste sentido, grande relevância para esse estudo.

As fontes de pesquisa aqui utilizadas foram os Arquivos Clemente Mariani, organizados e catalogados na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, onde está sediado o Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC), além de duas obras de sua autoria, *Educação para a democracia* (1947) e *Diretrizes e bases da educação nacional* (1959), que são, essencialmente, compilações de discursos sobre a temática da educação e de seus problemas.

Educação e liberalismo no pensamento de Clemente Mariani

Clemente Mariani tomou posse no Ministério da Educação e Saúde em 10 de dezembro de 1946, substituindo a Ernesto de Souza Campos. Sendo membro da UDN, ele havia apoiado a candidatura presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes. Passando a fazer parte do governo do General Eurico Dutra, do varguista Partido Social Democrático (PSD), em virtude do acordo que assegurou o apoio dos maiores partidos ao governo federal, Mariani buscou justificar sua posição, indicando pontos coincidentes nas concepções de ambos:

(...) se, para o Brigadeiro Eduardo Gomes, “o Estado faz das escolas órgãos por excelência da sociedade e não instrumentos do seu domínio”, o General Eurico Dutra, pode-se dizer que lhe completava o pensamento ao afirmar que “a educação há de ter um profundo de solidariedade social e assim, de ordem e cooperação”. O que é como se ambos prestigiassem a lição de Anísio Teixeira, quando ensinou: “a função do Estado democrático é

manter os serviços educacionais, defendendo-os das influências imediatistas dos governos, ou da influência profunda de ideologias partidárias”. (MARIANI, 1947, p. 9).

Ainda segundo Mariani, PSD e UDN, os principais partidos do país, teriam plataformas educacionais coincidentes, em consonância com a restauração de práticas democráticas:

Pela primeira vez em nosso país, um movimento político vitorioso traz inscrito no seu programa uma política de educação e, melhor do que isso, essa política, defendida, quase sem variações, pelos dois grandes partidos nacionais, fatores de vitória e em cuja feliz cooperação repousa a estabilidade do governo, é a própria política de reestruturação democrática do sistema educativo brasileiro, a qual, expressa nas plataformas dos dois candidatos à Presidência da República e inserta, nas linhas gerais, no texto da Constituição, há de ser completada pelas diretrizes e bases, por esta atribuída à competência do legislativo federal. (MARIANI, 1947, p. 52).

Opositor ao regime varguista, Mariani foi crítico severo do Estado Novo e de sua legislação educacional. Em 18 de setembro de 1947, ao iniciar os trabalhos da Comissão responsável pela elaboração do anteprojeto da LDB, ele se referiu às reformas educacionais promovidas pelo Estado Novo como “tentativa canhestra” e assinalou que a nova lei seria “democrática no seu sentido e nos seus objetivos”, sendo, “pela primeira vez no Brasil”³, elaborada segundo formas e princípios democráticos.

De acordo com o ministro da Educação e Saúde, na Lei de Educação a ser debatida,

(...) deveriam ser condensadas as linhas mestras de nossa política educacional, vazada em termos condizentes com a inspiração democrática do Estatuto Constitucional e escoimada de todos os exageros, inclusive dos provenientes da reação exagerada por oito anos de ditadura, contra os excessos de centralização, característica desse período. No intuito de cooperar com o Poder Legislativo, nossa importante tarefa de tão grande significado para a vida nacional, tornou o Governo a iniciativa de oferecer a contribuição de um anteprojeto, cuja redação traduzisse a soma das

³ FGV/CPDOC. Arquivos Clemente Mariani. Arquivo CMA 1947.04.29.

experiências adquiridas, o conselho de grandes expressões do movimento educacional brasileiro, de modo a convencer a nação de que, em matéria de tal magnitude o seu interesse é colocado acima de divergências partidárias ou ideológicas, de exclusivismos de doutrinas ou de escolas e de preconceitos pessoais.⁴

O período democrático iniciado em 1945 possibilitou a abertura de um rico cenário de discussões para a educação brasileira. Após o congelamento do período ditatorial, debates polarizados e sínteses se produziram, atores individuais e sujeitos políticos coletivos se posicionaram, leis foram debatidas, a escolarização se ampliou. Como havia ocorrido até meados da década de 1930, católicos e liberais polarizaram o debate, os primeiros apoiados pelo peso histórico de sua rede escolar e de seus intelectuais, pela hegemonia sobre o conjunto da educação privada e pelos fortes vínculos com as diversas esferas do Estado; por sua vez, os liberais souberam se rearticular e atualizar seus discursos e práticas. O contexto político pós-1945 trouxe novos desafios para os liberais, em relação ao período histórico anterior:

(...) Nas décadas de 20-30 tratava-se de garantir a presença o Estado como promotor principal da escolarização das classes populares. No período 1940-1960, o discurso em defesa do sistema público de ensino foi usado para se contrapor ao avanço dos interesses privatistas sobre a educação na Lei de Diretrizes e Bases. (PINTO; LEAL; PIMENTEL, 2000, p. 24)

Para os católicos, tratava-se do combate a um suposto monopólio uniformizador do Estado sobre a educação, garantindo-se a liberdade organizacional e pedagógica das escolas, em função do direito de escolha das famílias, tendo como finalidade “não só servir à liberdade didática dos estabelecimentos, mas, principalmente, à legítima opção das famílias que desejassem, para seus filhos, currículos adaptados às exigências de uma formação integral da consciência cristã” (CRUZ, 1966, p. 61).

⁴ FGV/CPDOC. Arquivos Clemente Mariani. Arquivo CMa 1948.01.00.

Para os liberais, a democracia era eleita como fim a ser alcançado, e a educação como instrumento de efetivação para que este processo se completasse. Clemente Mariani compartilhava dessas ideias:

Tentamos lançar, no Brasil, os fundamentos de uma sociedade democrática e, no entanto, não se cuidou previamente do preparo do solo, que só poderia ter sido feito pela educação. Entre o rompimento da linha de defesa da sociedade aristocrática, que são as oportunidades desiguais, pela igual educação para todos, e o seu rompimento pela pressão política das massas meramente alfabetizadas e como tais suscetíveis de serem “presas das propagandas fáceis e enganadoras”, como avisava o lúcido espírito de Anísio Teixeira, corremos o risco de assistir à segunda alternativa. (MARIANI, 1947, p. 11).

A concepção liberal de uma sociedade democrática materializada pela igualdade de oportunidades, asseguraria a possibilidade do desenvolvimento individual, característica, segundo Mariani, da própria natureza da democracia social. A educação teria papel fundamental para se configurar esse modelo de sociedade no Brasil:

O primeiro passo para alcançar esse objetivo seria, naturalmente, o de assegurar a todos os educandos iguais oportunidades. (...) Na Constituição vigente divisamos a possibilidade aberta de um sistema contínuo e articulado de ensino para todas as classes, desde o ensino infantil até o superior. Frustrado, como fora, o aceno nesse sentido da Constituição de 34, impunha-se organizar o novo sistema educacional de modo a facilitar a qualquer brasileiro, pobre ou rico, das cidades ou do campo, a possibilidade de subir a “escada educacional” até o último degrau, “com a única limitação de seus talentos e dotes pessoais”. (MARIANI, 1959, p. 17).

Mariani percebia os vínculos entre a educação e o estabelecimento das bases da sociedade moderna. Essa percepção se coadunava com um discurso amplamente difundido no Brasil naquele período histórico. O contexto político brasileiro, nas décadas intermediárias do século XX, era profundamente permeado pela ideia da modernização, entendida como a superação do atraso econômico e social, e todo um debate se travava, desde a década de 1920, sobre os caminhos para consegui-la.

O esforço de modernização econômica - que compreendeu a ação estatal pela industrialização, esteve associado de organização de um sistema educacional, através de institucionalização de políticas públicas para a educação. O Estado tornou-se o centro normatizador e promotor das políticas educacionais. Articulado durante o período varguista (1930-1945), este modelo persistiu e foi aperfeiçoado durante o período democrático vigente entre 1946 e 1964. Sob as condições de liberdade de debate, a educação escolar foi objeto de intensas contendas e negociações, envolvendo a crescente legislação e os rearranjos na divisão de tarefas entre o ensino público e privado.

Assim Mariani compreendeu o papel da educação numa sociedade que passava por um processo de transformações:

De sociedade em lenta mudança, de outrora, onde as modificações sofriam o domínio de grupos primários, como a família e a vizinhança, passamos ao império de grupos secundários, por sua natureza impessoais e menos controláveis, como agremiações econômicas, uniões de trabalho, e mesmo organizações políticas de feição internacional. Em face dessa agitada sociedade, em que operam transformações das mais violentas, enormes deveres hão de caber à educação, a fim de que subsistam aqueles valores espirituais, que caracterizam e fundamentam a nossa própria cultura, porque de outra forma mergulharemos no caos. (MARIANI, 1947, p. 54).

Nesse sentido, as opiniões de Mariani se referenciavam no pensamento de intelectuais de grande relevância relacionados à educação, que também se referiram ao necessário vínculo entre educação e democracia no processo de transformação de uma sociedade agrária e arcaica para outra, de natureza urbana, industrial e moderna. Nomes como Anísio Teixeira, Paulo Freire, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, entre outros, em diferentes períodos do século XX, se insurgiram contra o tradicionalismo e os limites até então existentes na educação brasileira, propondo sua ampliação física da rede pública, a rediscussão de seus métodos e pressupostos, sua extensão a todos os segmentos sociais, como condições necessárias para a construção de uma nação democrática.

Mariani convidou para cargos-chave do Ministério intelectuais identificados com os movimentos de renovação educacional: Lourenço Filho dirigiu o Departamento Nacional de Educação, e Mariani lamentou a indisponibilidade de Fernando Azevedo e de Anísio Teixeira, este último por ser, à época, conselheiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (MARIANI, 1947, p. 19).

Também para a Comissão preparatória da LDB, foram indicados liberais como o próprio Lourenço Filho, que a presidiu. Neste caso, no entanto, a necessidade política de composição com os educadores católicos, contraponto histórico ao liberalismo na educação, levou Mariani a indicar nomes como Alceu Amoroso Lima e o Padre Leonel Franca, intelectuais de relevância vinculados à Igreja católica (SAVIANI, 1983, p. 10-11).

Em consonância com a política adotada pelo Ministro da Educação, o anteprojeto buscou apresentar um ponto de equilíbrio entre as tendências centralizadoras oriundas das reformas educacionais do Estado Novo e as propostas descentralizantes, que propugnavam pela “flexibilização da educação” e pela ideia de que as famílias deveriam ter o poder de escolha sobre a educação dos filhos. Estas últimas propostas eram defendidas pelos representantes das escolas privadas, sob hegemonia do grupo católico, que, em seus documentos, demonstrava desacordo com o projeto defendido pela Comissão responsável pelo projeto da LDB (CRUZ, 1966, p. 445).

Mariani foi crítico dos termos em que se deu a retomada do debate sobre a educação, que ele considerava que repetiam os embates da década de 1930, entre católicos e partidários do ensino estatal. Os novos tempos democráticos exigiam, segundo ele, uma reavaliação daquelas posições:

Esse é que é o grande sentido do Projeto da Lei de Diretrizes e Bases; e quando vejo a guerra que a propósito dele se trava entre os partidários extremos da centralização e da descentralização é como se relesse as lutas de gregos e troianos sobre os cadáveres de Patrício e de Sarpedão, meros motivos para que se reacendessem o velho combate. Muito se fala em centralização e descentralização (MARIANI, 1959, p. 23-24)

A busca por um ponto de equilíbrio também foi ressaltada no discurso que Mariani proferiu quando do encerramento dos trabalhos da Comissão Ministerial. Segundo ele,

Essa flexibilidade, necessária como princípio vital a qualquer sistema de aplicação social, não pode nem deve significar, por outro lado, a dispersão de esforços, a fantasia e o arbítrio. Os grupos humanos necessitam de liberdade, a fim de exprimir-se e evoluir, mas esse requisito deve enquadrar-se na concepção de interesses mais amplos e de aspirações mais vastas, que os de estreito localismo. Nenhum problema cultural pode ser subordinado, portanto, às premissas de uma política centralizada, ou àquelas que, ao contrário, pretendam resolvê-lo, por diluição e fragmentação das responsabilidades de direção social.⁵

As críticas de Mariani à “flexibilidade” se dirigiam aos representantes do ensino privado, que, sob forte influência dos católicos, reivindicavam o mínimo possível de interferência do Ministério na vida das suas escolas, o que lhes asseguraria a possibilidade de organizar a estrutura curricular das instituições privadas de acordo com os pressupostos defendidos pelos religiosos (CRUZ, 1966, p. 39-40).

A moderação e a busca por posições intermediárias defendidas pelo Ministro não encontraram contrapartida nos representantes do ensino privado, hegemonzados por concepções rigidamente antiestatistas e dominadas por conceitos contrários àqueles defendidos pelo liberalismo: os conceitos do catolicismo anterior ao Concílio Vaticano II.

A firme defesa que os católicos, que controlavam os sindicatos patronais do ensino privado, faziam da autonomia administrativa e pedagógica de suas escolas não lhes permitia aceitar, sem resistência, a possibilidade de uma lei educacional que, mesmo buscando um meio termo, enquadrasse as instituições privadas sob um sistema dirigido pelo poder público (CRUZ, 1966, p. 41).

Os anos compreendidos entre 1948 e 1961, quando o debate sobre a LDB adentrou o Parlamento, foram de vivos debates envolvendo os defensores do ensino privado (sob hegemonia católica) e do ensino público. O

⁵ FGV/CPDOC. Arquivos Clemente Mariani. Arquivo CMa 1948.09.00.

processo, desencadeado durante a gestão de Mariani no Ministério, mobilizou a sociedade civil, revelando a importância que a educação tinha adquirido, inserindo-a no grande debate sobre a modernização nacional.

Naquele período histórico, o posicionamento dos diferentes sujeitos políticos sobre a educação era permeado de preocupações com a liberdade de educar e com a construção da democracia. O discurso de Mariani demonstrou uma referência constante às relações entre educação e democracia, entendida essa no sentido liberal da igualdade de oportunidades. Para ele, não caberia, nas condições democráticas em que o país vivia, a implantação de um sistema educacional rígido, controlado pelo governo central. A linha de sua ação apontava para a descentralização do sistema escolar (entendida como a possibilidade de adaptar a educação às necessidades locais), a cooperação entre as diferentes esferas públicas e o respeito à existência de escolas privadas.

A busca de um ponto de equilíbrio entre centralização e descentralização foi, mais uma vez, ressaltada em discurso feito durante a posse do prof. Lourenço Filho como diretor do Departamento Nacional de Educação, em dois de janeiro de 1947,

Ninguém se assuste, entretanto, com a perspectiva de novos sistemas rígidos, a cujas fôrmas de aço tenham que amoldar-se todas as iniciativas. A libertação de energias, pela desintegração do átomo, é um símbolo de nossa época. Limitando a competência da União a legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, e impondo-lhe, a par da organização do seu sistema de ensino, com caráter supletivo das necessidades locais, a cooperação, com auxílio pecuniário, no desenvolvimento dos sistemas estaduais, a Constituição de 1946 abre-nos perspectivas magníficas de uma sadia emulação, através da qual, apoiados pela assistência técnica e pelos subsídios, os Estados colaborarão, com todas as suas insuspeitadas energias, para a grande obra de realização do plano nacional de educação. (MARIANI, 1947, p. 22).

O liberalismo de Mariani se revela em outra preocupação, tão cara a essa corrente de pensamento, enfatizada no discurso de posse do novo di-

retor do Ensino Secundário, prof. Haroldo Lisboa Cunha, em 10 de fevereiro de 1947: a relação entre educação e as necessidades práticas da vida econômica e do trabalho:

Basicamente, a educação secundária terá que ser democratizada. Não poderá continuar como um curso para privilegiados nem como estágio preparatório para estudos superiores. Há de elevar-se à altura de seu destino: o de **produtiva** e de expressão social. (MARIANI, 1947, p. 33). Grifado no texto original.

Em outro texto, Mariani reafirma essa linha, indicando a superação de traços históricos do ensino secundário no Brasil. Para ele, fazia-se necessária a “eliminação do sentido ornamental e puramente intelectualista, que fazia do meio educacional apenas um meio de formação de elites” (MARIANI, 1959, p. 65).

Essa preocupação focava nos níveis intermediários de ensino, que vinham experimentando grande expansão, já tendo sido objeto de regulação no período varguista; o mesmo se refere ao ensino profissional. A expressividade das mudanças, tornava necessário, segundo Mariani, seu ordenamento e adequação às necessidades econômicas:

(...) De pouco mais de cinqüenta mil alunos, no ensino secundário, há pouco mais de vinte anos, ou uma centena de milhares em todos os ramos do ensino médio, quintuplicou-se, durante esse período, o discipulado. E esse enorme crescimento, realizado, em grande parte, às custas da eficiência, quando enquadrado, como deve ser, num sistema flexível e eficaz, atuará sobre os quadros da educação primária, como os da educação superior, que se há de caracterizar também pela variedade de cursos, agora exigida pelo desenvolvimento técnico dos ramos de produção, mas igualmente pela realidade do ensino profissional, expresso na equivalência entre diploma e conhecimento e pela formação de uma cultura que não se isole da vida, mas enriqueça a experiência humana e nos solidarize a todos, como observa Anísio Teixeira, “pela identidade do objetivo, de preocupações, de interesses e de ideais.” (MARIANI, 1947, p. 55)

Em síntese, Clemente Mariani registrou em suas obras algumas das crenças básicas do liberalismo e de seus desdobramentos para a educação, que atribuem à escola papel fundamental na construção de uma sociedade

moderna, democrática e estável, caracterizada por um sistema aberto de classes, que permita aos indivíduos persistentes e talentosos a possibilidade da ascensão, sem o peso de suas origens. (PINTO; LEAL; PIMENTEL, 2000, p. 19).

Como ocorre em períodos democráticos, essas convicções enfrentaram os limites do jogo político real, sujeito a diferentes pressões; se depauperaram, também, com a herança e as tradições de uma sociedade que pouco valor dava à educação e que a ela destinava relativamente poucos recursos.

Ademais, a convicção liberal sobre a ampliação da interferência estatal na educação escolar não resultou, no Brasil, em implementação de políticas públicas de generalização do ensino, sob gestão do Estado. O liberalismo brasileiro possui uma feição muito conservadora, herança de seus vínculos com setores tradicionais da sociedade e de seu histórico de conciliação. Não criou, como em outros países, um legado de defesa irremovível de princípios e de enfrentamento com o conservadorismo.

Como resultado, a implantação da democracia liberal, após 1945, manteve mecanismos conservadores e autoritários, herdados do período ditatorial: a Constituição de 1946 excluiu dos direitos políticos cidadãos analfabetos e militares de baixa patente, colocou os sindicatos sob controle do Estado e estabeleceu severos limites para uma possível reforma agrária. A situação política internacional posterior ao fim da II Guerra Mundial, com o estabelecimento de um sistema bipolar e a inclusão do Brasil no bloco sob hegemonia dos Estados Unidos, contribuiu para o estabelecimento de condicionantes às liberdades democráticas, destacando-se a vigilância e as restrições impostas à atividade sindical e às correntes políticas identificadas com o socialismo e com o nacionalismo reformista.

Os resultados mais visíveis destes limites podem ser observados em episódios como a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1947 e no apelo dos setores políticos e sociais situados no campo conservador a intervenções das Forças Armadas no processo político em períodos de instabilidade, como ocorreu nos anos de 1950, 1954, 1955, 1961, e finalmente, em 1964, com a derrubada do governo do presidente João Goulart.

A rejeição ao comunismo e, de forma mais geral, ao ideário identificado com a esquerda, foi compartilhada por uma série de instituições societárias e estatais do período democrático, enraizando-se em vários partidos políticos e em setores dos meios de comunicação e das Forças Armadas.

Mariani foi um anticomunista irreduzível, e, no discurso de instalação da Comissão que elaboraria o anteprojeto da LDB, em 29 de abril de 1947, defendeu que a política educacional brasileira fosse “liberta da influência de sistemas filosóficos incompatíveis com a sua própria essência e vivificada ao sopro dos novos, porque exuberante renascidos, ideais da nacionalidade” (MARIANI, 1947, p. 53).

Por fim, a manutenção de profundos traços conservadores no processo de modernização no Brasil resultou na aceitação de uma persistente desescolarização de grande parte da população rural e no estabelecimento de objetivos, critérios e recursos diferenciados para a educação das diversas classes constitutivas da sociedade, como pode ser exemplificado pela natureza propedêutica de grande parte do ensino médio, então voltado para os setores sociais privilegiados, e a ênfase no ensino profissional aos filhos dos trabalhadores, materializado pela “rede paralela” constituída pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Comercial (SENAC).

Conforme afirmado, a trajetória de Clemente Mariani abarcou diversas facetas, que se estenderam da vida empresarial ao mundo político, em suas diferentes esferas. Sua contribuição à reflexão educacional é limitada e não indica uma originalidade. Desta forma, é possível indicar relevância e classificá-la como sendo a de um intelectual?

Autores de diferentes matizes reescreveram esse conceito, superando a ideia tradicional dos intelectuais como indivíduos ou grupos à parte, relativamente distantes do mundo concreto das relações econômicas, sociais e políticas. Abriu-se espaço para uma abordagem plural dos intelectuais e de seu papel social.

As reflexões de Antonio Gramsci, na primeira metade do século XX, apontavam para essa redefinição. Para o pensador italiano, o intelectual

aqui se apresenta como um mediador, articulador e promotor, através da sua capacidade de persuasão e de organizar o consenso em torno de suas idéias. Segundo Gramsci (1989, p. 3), estas tarefas articulam o papel do intelectual aos projetos mais amplos que representam a visão de mundo dos diferentes classes sociais e grupos políticos:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.

Por sua vez, para Angela de C. Gomes e Patrícia S. Hansen (2016b, p. 12), em uma reflexão bastante recente,

Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. Nessa acepção, o conceito de intelectual é, como todos os conceitos políticos e sociais, fluido e polissêmico.

A ação intelectual, de organização do consenso, pressupõe a capacidade de formular e expor ideias. Nesta direção, o trabalho de pesquisa que resultou neste trabalho se concentrou na abordagem dos registros do pensamento de Mariani, em sua relação com a temática da educação. Os profundos vínculos do autor com os agentes econômicos e políticos que protagonizaram o processo político brasileiro em meados do século XX, ressaltados nos vários cargos públicos que ele ocupou, nas empresas privadas e associações de classe que dirigiu e nos posicionamentos que assumiu em contextos decisivos para as transformações sociais e, mais especificamente, educacionais, possibilitam atribuir a Mariani um papel de relevância como “intelectual orgânico” de setores sociais e políticos dirigentes, diretamente envolvidos na condução política do país. (GRAMSCI, 1989, p. 4)

Para o pensador social britânico Terry Eagleton, a pertinência do conceito gramsciano de “intelectual orgânico” reside em sua capacidade

de abranger e ampliar o conceito de intelectual para além da visão tradicional do pensador distante da política prática. Nas palavras deste autor, a figura do intelectual orgânico,

(...) une não apenas ideólogos e filósofos, mas ativistas políticos, técnicos industriais, economistas políticos, especialistas jurídicos etc. Tal figura é menos um pensador contemplativo, no velho etilo idealista da intelligentsia, que um organizador, contrutor, “persuasor permanente”, que participa ativamente da vida social e ajuda a trazer para a articulação teórica correntes políticas positivas já contidas nela. (EAGLETON, 1997, p. 110).

O pensamento de Mariani sobre a educação, em registro documental, consistiu principalmente de discursos e registros de sua gestão ministerial; no entanto, para além das reflexões sobre as demandas e problemas imediatos da pasta que ocupava, o autor se apresentou como um intelectual consciente de tomar parte de um legado de longa trajetória e de grande contribuição para a educação naquele período histórico.

O legado de que Mariani participava era o liberalismo. O ideário liberal se coadunava com as opções políticas que ele havia feito desde a juventude, quando era estudante de direito na Universidade da Bahia. Na década de 1930, Mariani se opôs ao governo Vargas, tendo se afastado da vida política durante o Estado Novo. Com a queda da ditadura, em 1945, se filiou à União Democrática Nacional (UDN), elegendo-se deputado constituinte e apoiando a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições presidenciais.⁶

O acordo interpartidário envolvendo o varguista Partido Social Democrático (PSD) do presidente Eurico Dutra e a UDN garantiu a esta última dois ministérios, inclusive o da Educação e Saúde. No seu discurso de posse como Ministro, Mariani citou Rui Barbosa, de cujas ideias era simpatizante desde os tempos de estudante, e que já em 1883 indicava “a relação fundamental entre educação e riqueza” e o Brigadeiro Eduardo Gomes, para quem “o Estado faz das escolas órgãos por excelência da

⁶ Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/clemente_mariani>. Acesso em: 10 fev. 2017.

sociedade e não instrumentos do seu domínio”; em suas palavras, Mariani justificou o acordo partidário que o levou ao ministério,

para ambos os candidatos⁷ a educação deveria ser democrática e respeitadora da personalidade humana. Reagindo, expressamente, contra as desfigurações de cunho fascista, (...) o processo de educação, em vez de partir do Estado e suas necessidades para o indivíduo, parte do indivíduo e seus direitos para a mais rica e mais perfeita realização de sua personalidade, independentemente de suas condições sociais anteriores ou de quaisquer distinções preconcebidas de classes. (MARIANI, 1947, p. 9-10).

Dos grandes partidos nacionais então atuantes, a UDN era o que defendia posturas econômicas mais liberais, em divergência com o que representava o varguismo e seu legado político, defensores do nacionalismo e do intervencionismo econômico.

De acordo com Maria Vitória Benevides, em termos de composição social as bases da UDN se organizaram a partir de um conjunto de grupos que tinham em comum a oposição a Vargas e ao Estado Novo, como as oligarquias destituídas do poder com a Revolução de 1930, os antigos aliados de Vargas, marginalizados após 1930 ou 1937, os grupos dissidentes do Estado Novo, os liberais com forte identificação regional, além de setores da esquerda (BENEVIDES, 1981, p. 28).

Em termos políticos, a UDN se posicionou pela necessidade de restringir o eleitorado, excluindo analfabetos e estrangeiros do direito de voto. O recadastramento eleitoral, defendido pelo partido, tinha o objetivo de aplicar de forma mais rígida a exclusão legal dos analfabetos dos direitos políticos. Os pontos principais do programa do partido, defendidos ao longo de sua existência legal, iniciada em 1945 e encerrada em 1965, quando o Regime Militar extinguiu os partidos então existentes, foram sintetizados pelo cientista social Otávio Dulci. Segundo ele, a UDN defendia

⁷ Mariani se refere a Eurico Dutra (PSD) e Eduardo Gomes (UDN), candidatos às eleições presidenciais de 1945, vencidas pelo primeiro.

as liberdades individuais e o sistema representativo. Refletia uma visão privatista, no plano econômico. Postulava a redução do papel do Estado a suas incumbências tradicionais, embora admitisse a necessidade do planejamento e da técnica como instrumentos de “organização racional do país”. Propunha apoio irrestrito ao capital estrangeiro e destacava a importância da iniciativa privada. Nele sobressai a atenção com as condições de vida da classe média, ao lado da defesa da autonomia sindical e do direito de greve. (DULCI, 1986, p. 83).

O projeto no qual a UDN se inseria possuía referência em um conjunto de idéias caudatárias do liberalismo: no âmbito institucional a liberdade individual e as instituições representativas, entendendo-se a primeira como liberdade de pensamento, de associação, de ensino, de religião, de culto e de organização partidária e sindical, além da defesa da livre iniciativa no campo econômico (DULCI, 1986, p. 39).

Durante todo o período democrático, Mariani foi destacado membro da UDN, tendo, após o início do Regime Militar, priorizado as atividades empresariais e mantido relativa distância das atividades políticas.

Conclusão

A história e a sociologia da educação no Brasil construíram toda uma narrativa acerca dos atrasos, dos problemas e, também, dos debates que cercam a educação, em suas várias modalidades (escolar, não-escolar, de adultos, das minorias culturais e religiosas), ressaltando o papel desempenhado pelos intelectuais que traduziram para a realidade nacional as correntes de pensamento e seus desdobramentos para a educação, que as adequaram ao terreno brasileiro, dando-lhes originalidade e relevância que, em alguns casos, repercutiram para além das fronteiras do país.

Entre 1930 e 1945 a educação brasileira havia vivenciado grandes transformações: o regime varguista implantou políticas de nacionalização da educação em áreas de grande população imigrante, organizou uma detalhada reforma do ensino secundário, estabeleceu pisos orçamentários de

gastos com a educação escolar, organizou o sistema de formação profissional para atender às necessidades da industrialização, e criou um projeto de universidade pública com o objetivo de estabelecer padrões para o ensino superior.

A intencionalidade de pôr em prática estas políticas implicaria, necessariamente, na maior ação do Estado sobre a educação escolar. O estabelecimento de objetivos de longo prazo, a normatização de programas e currículos, a definição do papel a ser desempenhado pelos diferentes segmentos e a necessária adequação da rede escolar às necessidades econômicas resultariam no enquadramento do setor privado e imporiam limites à sua liberdade de ação.

Se, durante o período varguista, sobretudo durante a ditadura do Estado Novo, esses objetivos foram materializados em políticas públicas através de mecanismos autoritários, após 1945, sob as regras da democracia recém-implantada, essas políticas exigiram o posicionamento público e a capacidade de negociar. Ocupando o Ministério da Educação e Saúde naquele momento crucial, Clemente Mariani, em seus registros escritos, demonstrou compromisso com o legado liberal de que fazia parte, sabendo fazer, ao mesmo tempo, o jogo político que sempre caracterizou o liberalismo brasileiro, conciliatório com as correntes conservadoras e autoritário em relação às demandas e às formas de organização oriundas das classes populares. Se, no terreno da política geral, o acordo fundamental foi com os conversadores, no campo da política educacional tratava-se de chegar a pontos em comum com os representantes da tradição, os católicos.

Mariani não se inclui entre os pensadores que marcaram a educação brasileira, seja por sua originalidade, seja pela paixão com que a defenderam. A educação foi uma das frentes em que atuou, na sua trajetória como político e empresário. No entanto, a documentação escrita que deixou, os livros que escreveu, a corrente política a que se vinculou e seu posicionamento como intelectual se deram em um período de grande importância pelas transformações que ocorriam, na sociedade como um todo e na educação em especial, deixando consequências e adquirindo relevância; são, portanto, merecedores de atenção e de estudo aprofundado.

* * *

Referências

- ABREU, A. A. *et al.* *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BENEVIDES, M. V. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CRUZ, M. *Vinte anos a serviço da educação*. Rio de Janeiro: AEC do Brasil, 1966.
- DULCI, O. S. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROED, 1986.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: UNESP; Boitempo, 1997.
- GOMES, A. C.; HANSEN, P. S. (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.
- _____. Apresentação. In: GOMES, A. C.; HANSEN, P. S. (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b, p. 7-37.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7.^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989b.
- PINTO, D. C.; LEAL, M. C.; PIMENTEL, M. A. *Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro*. São Paulo: Loyola, 2000.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. 11.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SAVIANI, D. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 5.^a ed. São Paulo: Saraiva, 1983.
- SCHWARTZMANN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- XAVIER, L. N. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, A. C.; HANSEN, P. S. (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b, p.464-485.

Fontes

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Arquivos Clemente Mariani.

MARIANI, C. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. *Diretrizes e bases da educação nacional*. Salvador, BA: Publicações da Universidade das Bahia, 1959.

Recebido em 22 de fevereiro de 2017.
Aprovado em 28 de junho de 2017.